

Arquitetura e cidade: experimentando outros mundos possíveis

Architecture and City: experiencing other possible worlds

Arquitectura y Ciudad: experimentar otros mundos posibles

Simone TOSTES

Arquiteta pela EAUFMG (1987), com Mestrado pela mesma instituição (2001); Doutoranda em Geografia no Instituto De GeoCiências da UFMG, professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Itaúna; sptostes@globo.com.

RESUMO

O presente trabalho visa a explicitar e compartilhar questões a partir da consideração de que a produção dos espaços da cidade deve ser um processo de constituição de singularidades e diferenças, não assimilável à mera solução de problemas, ao agenciamento funcional de espaços, à simples transmissão/recepção de informações codificadas, à difusão da racionalidade técnica, à otimização das condições de realização do lucro, nem tampouco à ação individual ou coletivo-corporativa de autores privilegiados. A produção científica e especializada de espaços, a serviço de uma racionalidade técnica favorecedora das necessidades sempre renovadas da expansão capitalista implica a segregação como pressuposto e resultado. A transformação desta situação deve ser pensada em outros termos, fora das alternativas que limitam-se a simplesmente estender, sem problematizar, a produção formal do espaço aos setores ditos informais. Como então construir possibilidades de produção de espaços surgidos de parâmetros outros? Quais as implicações, para a experiência da cidade, quando passamos a apostar na reinvenção de outras possibilidades de produção e uso do espaço, capazes de respeitar, fortalecer e fomentar a singularidade e multiplicidade constitutivas da vida das cidades, ao invés de operar contra elas?

PALAVRAS-CHAVE: arquitetura, espaço, ciência, contra-hegemonia.

ABSTRACT

The present work aims to share issues from the consideration that the production of city spaces should be a process of formation of singularities and differences, not simply equated with problem solving, the simple transmission / receiving coded information, dissemination of technical rationality, the optimization of the conditions for profit, nor to individual or collective-privileged corporate authors action. The scientific and specialized spaces in the service of a technical rationality favoring the needs of the ever renewed capitalist expansion implies separation as prerequisite and outcome. The transformation of this situation should be considered in other terms, outside alternatives that are limited to simply lie, without questioning, the formal production of space to the so-called informal sector. How then to build production possibilities of spaces arising from other parameters? What are the implications for the experience of the city, when we started to play the reinvention of other possibilities for the

Teorias e práticas na Arquitetura e na Cidade Contemporâneas
Complexidade, Mobilidade, Memória e Sustentabilidade
Natal, 18 a 21 de setembro de 2012

production and use of space, able to meet, strengthen and promote the uniqueness and multiplicity constitutive of life in cities, rather than work against them?

KEY-WORDS: *architecture, space, science, counter-hegemony.*

RESUMEN:

El presente trabajo tiene por objeto aclarar y compartir temas que parten desde la consideración de que la producción de espacios de la ciudad debe ser un proceso de formación de singularidades y diferencias, en lugar de identificarlo con la resolución de problemas, la simple transmisión de la información codificada, la difusión de la racionalidad técnica, la optimización de las condiciones para obtener ganancias, ni a la acción individual o colectiva de autores corporativos privilegiados. Los espacios científicos y especializadas en el servicio de una racionalidad técnica a favor de las necesidades de la siempre renovada expansión capitalista implica la segregación como requisito previo y como resultado. La transformación de esta situación debe ser considerada fuera de las alternativas que se limitan a ampliar la producción formal de espacios para el sector llamado informal. ¿Cuáles son las implicaciones para la experiencia de la ciudad, cuando empezamos a tocar la reinención de otras posibilidades para la producción y utilización del espacio, capaz de cumplir, fortalecer y promover la singularidad y multiplicidad de la vida en las ciudades, en lugar de trabajar en contra de ellos?

PALABRAS-CLAVE: *arquitectura, espacio, ciencia, contra-hegemonía.*

1 INTRODUÇÃO

A constatação da existência, em nossas cidades, de uma expressiva produção do espaço não mediada diretamente pela Arquitetura e pela Ciência, leva comumente a tentativas de ampliação do alcance reconhecidamente restrito da produção formal do espaço, inacessível às populações de mais baixa renda. Por um lado, ligados a uma legítima preocupação com aqueles que pouco ou nada se beneficiam desta produção formal, mas que não deixam de estar implicados nela, muitos esforços são empreendidos na tentativa de superação do que Edésio Fernandes (2011) denomina como fardos da informalidade, que embora recaiam sobre a cidade e a população como um todo, afetam de modo mais intenso os moradores de tais espaços. O autor assinala que assim como as causas, a própria definição desta informalidade tem múltiplas dimensões: físicas, socioeconômicas, jurídicas, acarretando para os habitantes de tais espaços dificuldades adicionais decorrentes destas múltiplas dimensões: insegurança da posse, precariedade ou falta de serviços públicos, discriminação por terceiros, perigos ambientais e para a saúde, desigualdade de direitos civis, dentre outras. O enfrentamento de tais condições tem contemplado, no caso da experiência brasileira, políticas e programas que combinam e integram diversas iniciativas, desde a legalização da posse, a melhoria física de infra-estrutura urbana e arquitetônica, programas de geração de renda, fomento a diversas iniciativas de cunho sociocultural, etc (FERNANDES, 2011).

Entretanto, não há como desconsiderar que tais iniciativas e boas intenções sustentam também, de maneira indissociável, implicações e interesses de outra ordem, que visam em tais espaços ao que poderia ser descrito como uma janela de oportunidades: as possibilidades - para fins de exploração, sublinhe-se bem - de um nada negligenciável mercado consumidor. A partir destes dois eixos poderia ser compreendida grande parte das estratégias e tentativas de enfrentamento da segregação sócioespacial característica de nossas cidades. Tais eixos, ainda

que distintos em suas motivações, convergem, entretanto, nos efeitos que produzem, posto que no mais das vezes compartilham como horizonte de transformação a mera extensão da produção formal do espaço, com todas as suas implicações, suas redes e modos de funcionamento, até os setores e localidades até então não contemplados por tal produção. Mas de fato, o que acaba escapando a ambas as estratégias, sejam elas movidas por uma legítima preocupação com o bem estar e com a qualidade de vida das populações pobres ou por interesses menos altruístas, é que longe de ser a solução para a segregação sócioespacial, a expansão da produção formal do espaço, nas condições em que se dá, ou seja, a partir de seus marcos mais instituídos, convencionais e hegemônicos, é um dos elementos mesmos que a constituem. A produção científica e especializada de espaços, a serviço de uma racionalidade técnica favorecedora das necessidades sempre renovadas da expansão capitalista já tem, enquanto tal, a segregação como pressuposto e resultado. A transformação desta situação deve ser pensada em outros termos, fora das alternativas que limitam-se a simplesmente estender, sem problematizar, a produção formal do espaço aos setores ditos informais. Como então construir possibilidades de produção de espaços surgidos de parâmetros outros? Quais as implicações, para a experiência da cidade, quando passamos a apostar na reinvenção de outras possibilidades de produção e uso do espaço, capazes de respeitar, fortalecer e fomentar a singularidade e multiplicidade constitutivas da vida das cidades, ao invés de operar contra elas?

O presente trabalho visa menos a responder do que a explicitar e compartilhar estas e outras questões, partindo da consideração de que a produção dos espaços da cidade deveria ser um processo de constituição de singularidades e diferenças, não assimilável à mera solução de problemas, ao agenciamento funcional de espaços, à simples transmissão/recepção de informações codificadas, à difusão da racionalidade técnica, à otimização das condições de realização do lucro, nem tampouco à ação individual ou coletivo-corporativa de autores privilegiados. Pretende-se de fato problematizar certa arquitetura pensada como disciplina científica, privilégio de especialistas e voltada para um usuário-consumidor considerado leigo. Assentada em tais pressupostos, esta arquitetura comparece não só difundindo, mas também constituindo um forte mecanismo de poder contemporâneo. Seja a partir dos regimes da ciência, da constituição e transmissão de conhecimentos e suas instituições, seja na dimensão mais material e concreta da produção do meio físico, os espaços produzidos pela Arquitetura no mais das vezes constroem um território esvaziado, refratário a singularidades, à cooperação não prevista e a quaisquer outras invenções e apropriações que não as já pré-programadas e repertoriadas pelo campo disciplinar e por seus sujeitos privilegiados, produtos e porta-vozes das partilhas hegemônicas dos saberes-poderes. Como então a Arquitetura pode participar da construção de outras possibilidades, rotas moventes de fuga capazes de esgarçar as linhas dominantes exatamente onde estas parecem tão atuantes e eficazes? E como não transformar estas rotas de fuga em novas palavras de ordem, imperativos disciplinares convocados a assumir seu lugar nos movimentos sempre reatualizados do poder?

Bem entendido, portanto, que a pergunta por uma tal participação da Arquitetura não é assumida aqui como defesa ou reivindicação de um território disciplinar claramente delimitado, de uma prática especializada e exclusiva com seus instrumentos, métodos ou objetos particulares, enfim, de um conjunto de especificidades. A aposta é em uma direção totalmente diversa: talvez somente uma recusa a tais enquadramentos torne possível para a Arquitetura e para o espaço fomentar outras sensibilidades, operando em um registro que não seja o do enquadramento, da compartimentação ou do controle.

2 O ESPAÇO NO MUNDO GLOBALIZADO

O esforço de compreensão passa portanto por uma tentativa de cartografar os planos de forças heterogêneas, não necessariamente ou exclusivamente arquitetônicas, que condicionam a produção do espaço na atualidade: os planos e linhas rígidos que determinam os enquadramentos e segmentações, e os planos e linhas de fuga que podem permitir seu ultrapassamento. Para tanto, um primeiro passo será abordar o espaço frente às transformações das relações que no momento atual definem Estado, economia e sociedade, indissociáveis das características e implicações dos processos da globalização. Globalização, por sua vez, considerada aqui como processo aberto, constituído pela emergência de movimentos e vetores hegemônicos e também de movimentos de contra-hegemonia, capazes não apenas de reação, mas também de ação criadora. Assume-se com isto uma escolha que não é óbvia, uma vez que é relativamente comum a interpretação da globalização como processo unicamente perverso e voraz, de assujeitamento às forças de mercado e sem possibilidade de alternativas criativas. Autores que oferecem uma interpretação mais nuançada e menos determinista da globalização parecem mais aptos a fornecerem ferramentas teóricas e práticas capazes de afirmar caminhos de transformação.

O geógrafo Milton Santos descreve três modos distintos a partir dos quais a globalização permite apreender o mundo, em uma reflexão que será aqui acompanhada de perto: a globalização como fábula, como perversidade e como possibilidade (SANTOS, 2010, p: 17-21). Trata-se de três modos distintos de experimentar (e portanto de viver e de constituir) o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista, para o qual concorrem o estado das técnicas e o estado da política. Do ponto de vista das técnicas, trata-se do protagonismo das técnicas da informação, em presença planetária, que possibilitada pelos avanços da ciência, tem como um de seus efeitos o acesso simultâneo, de cada lugar, ao acontecer dos outros. Mas a globalização não se resume exclusivamente a um novo sistema de técnicas: há a dimensão da política e das formas de ação (SANTOS, 2010).

Assim, e ainda conforme o geógrafo, o mundo como fábula é o mundo que os interesses hegemônicos nos fazem ver, criando como verdade de todos o que é de interesse e de alcance de poucos: a falsa idéia de homogeneidade, de disponibilidade e acessibilidade generalizadas das técnicas e recursos. De fato, trata-se da difusão de um conjunto de valores e interpretações que sustentam os processos presentes em curso, que beneficiam apenas alguns atores privilegiados.

Outra modalidade de apreensão do mundo, conforme reflexões de Milton Santos, seria a partir da globalização como perversidade, que decorreria da adesão aos comportamentos competitivos característicos das ações hegemônicas, com a ampliação do papel político das empresas na regulação da vida social, sintoma de “verdadeiro retrocesso quanto à noção de bem público” (SANTOS, 2010, p:38). Como vivemos num emaranhado de técnicas, vivemos

“mergulhados no reino do artifício [...] com a multiplicação de objetos técnicos estritamente programados que abrem espaço para essa orgia de coisas e necessidades que impõem relações e nos governam. Cria-se um verdadeiro totalitarismo tendencial da racionalidade – isto é, desta racionalidade hegemônica, dominante” (SANTOS, 2010, p:128).

Teorias e práticas na Arquitetura e na Cidade Contemporâneas
Complexidade, Mobilidade, Memória e Sustentabilidade

Natal, 18 a 21 de setembro de 2012

A dimensão perversa desta situação é que não há satisfação para todos, e isto se dá não porque seja impossível produzir para todos, mas porque “o que é produzido – necessária ou desnecessariamente – é desigualmente distribuído. Dai a sensação e, depois, a consciência da escassez [...]” (SANTOS, 2010, p: 129). Ainda o geógrafo: “O reino da necessidade existe para todos, mas segundo formas diferentes [...]: para os possuidores, para os não possuidores” (SANTOS, 2010, p: 129). Assim se dá a apreensão da globalização como perversidade: como carência e escassez criadas e impostas.

E finalmente há a globalização como possibilidade mais positiva e criativa. Aqui o geógrafo vê nas condições do presente, tanto empíricas como teóricas, a perspectiva de um futuro diferente, se as bases técnicas existentes forem “postas a serviço de outros fundamentos sociais e políticos” (SANTOS, 2010, p: 20). Em outras palavras, se o uso político das técnicas for outro, a globalização também o será. As condições atuais permitem uma consciência mundial da humanidade, um reconhecimento de sua unidade, ainda que esta unidade deva ser compreendida em sua diversidade: “O movimento do mundo revela uma só pulsação, ainda que as condições sejam diversas[...]” (SANTOS, 2010, p: 171). Caberia aqui, para uma compreensão desta unidade feita de diversidade, uma referência às reflexões do filósofo francês Jean-Luc Nancy: “A unidade de um mundo não é senão a sua diversidade, e esta é, por sua vez, uma diversidade de mundos. Um mundo é uma multiplicidade de mundos, e sua unidade é a partilha e exposição mútua neste mundo de todos seus mundos!” (NANCY, 2002, p:173). Mas algumas palavras deverão ser ditas acerca desta multiplicidade à qual se alude aqui. Ela não se liga a divisões de classe, renda, poder e demais condições; não se trata de compartimentação, fechamento ou enquadramento. Nada que permita concluir, do ponto de vista da produção do espaço, por exemplo, que se trata de propor a acomodação e a circunscrição da segregação: espaços para ricos, espaços para pobres, espaços para pobres como se fossem ricos, espaços para ricos como se fossem pobres, espaços para acomodar e criar todos os nichos possíveis entre um polo e outro, desconsiderando (e portanto fortalecendo) a própria estrutura que divide e separa. Não é disso que se trata quando se busca a diversidade e a multiplicidade, mas de uma abertura a interferências, à alteridade, ao encontro, à possibilidade de criação e invenção imprevisíveis. Este é portanto o sentido que deve ser atribuído à consciência desta unidade mundial aludida por Milton Santos. Portanto, sem desconsiderar os aspectos potencialmente perversos e perniciosos da globalização em curso, Milton Santos vê simultaneamente o potencial de realização que tal processo constitui, qual seja, uma possibilidade aberta de realização e consciência mundial da humanidade.

Neste aspecto suas reflexões tangenciam em muitos pontos as formulações desenvolvidas por e a partir de Antonio Negri e Michael Hardt (2005, 2010), para quem as condições da globalização, compreendidas nos marcos de um funcionamento imperial, são atravessadas e mesmo suscitadas por possibilidades de resistência e reinvenção surgidas destas mesmas condições, não sendo vistas, portanto, como primordialmente negativas. Trata-se de fato de um arcabouço teórico que permite cartografar as condições atuais em seus novos cerceamentos, mas também em suas novas possibilidades.

Milton Santos (1998, 2006, 2010) constrói, em suas reflexões, a compreensão de tais implicações no território. Uma vez que nas condições atuais assiste-se à ampliação e intensificação dos padrões de desenvolvimento desigual, responsável pela criação de mais segregação e desigualdades, tem-se um aumento considerável da distância entre os espaços excludentes da racionalidade hegemônica e grande parte dos espaços urbanos. As forças de

Teorias e práticas na Arquitetura e na Cidade Contemporâneas
Complexidade, Mobilidade, Memória e Sustentabilidade
Natal, 18 a 21 de setembro de 2012

modernização, seletivas em suas formas e em seus efeitos (SANTOS, 1979, 2006), fazem com que o espaço, nos países periféricos, seja organizado “em função de interesses distantes e mais frequentemente em escala mundial. [...] pressionado por múltiplas influências e polarizações oriundas de diferentes níveis de decisão” (SANTOS, 1979, p:15). Trata-se de uma seletividade econômica e social, que leva ao surgimento de dois circuitos econômicos, responsáveis pelos processos econômicos e de organização do espaço: o circuito superior, originado da modernização tecnológica, no qual o essencial de suas relações acontece fora da região que o abriga, e o circuito inferior, formado de atividades de pequena dimensão, mas bem enraizado em sua região (SANTOS, 1979). Longe, portanto, de constituir homogeneidades, as condições atuais multiplicam e amplificam a heterogeneidade, levando ao surgimento de lógicas distintas, em suas características e em seus efeitos, a comandar e a configurar os espaços da cidade, capazes de neles constituir distintas realidades: cidades na cidade, mundos no mundo:

A exemplo da biodiversidade, podemos, aqui, falar de uma diversidade sócioespacial, encaixada em ecologias sociotécnicas recriadas ao longo da história urbana e ampliadas no momento atual. É isso que assegura às cidades - sobretudo às grandes - a possibilidade de acolher atividades as mais diversas, realizadas segundo os mais diversos níveis técnicos, de capital e de organização. Desse modo, tais cidades abrigam todos os tipos de capital e todos os tipos de trabalho. É esta, aliás, a sua riqueza (SANTOS, 2006, p:308).

Argumentos que nos permitem retomar aqui, do ponto de vista do território, a questão anteriormente considerada, da diversidade e da multiplicidade que não se confunde com a segregação. E ligada a esta, surge uma outra questão, importante para a Arquitetura: seus espaços, planejados e geridos pelos atores hegemônicos da economia e da sociedade, são parte importante das zonas luminosas, expressão com que Milton Santos designa os espaços ligados à racionalidade técnica, “onde impera a padronização de objetos e de ações (SANTOS, 2006, p:326).” Uma vez que os lugares vão se tornando cada vez mais estratégicos em função da globalização, o planejamento do espaço torna-se, conseqüentemente, cada vez mais necessário às demandas da racionalidade técnica. Mas o espaço não é feito só de luminosidade nem apenas de racionalidade técnica: acessíveis a poucos, as zonas luminosas coexistem nas cidades com as zonas opacas, onde a racionalidade é menor e onde cabem formas de expressão, produção e uso do espaço que tem sua própria lógica, sendo ligadas às parcelas da população que só indiretamente se beneficiam dos ganhos da modernização tecnológica.

Nesta multiplicidade de cidades na cidade, de uma racionalidade acessível a poucos e da escassez imposta a muitos, outros desdobramentos tem lugar: a exclusão a que grande parte da população é submetida acaba sendo uma proteção, dolorosa e não sem ambigüidades, à tendência de total administração de seu cotidiano, destino a que as classes médias não escapam tão facilmente. Nestas condições de escassez criada, para a grande parcela de excluídos dos ganhos da modernização, transgredir o óbvio e reinventar novas soluções é menos uma opção que uma necessidade. Neste sentido, nem certas disponibilidades e abundâncias significam necessariamente o efetivo enriquecimento da experiência, nem a escassez significa seu empobrecimento absoluto. Daí o equívoco em se considerar os espaços opacos das cidades como problema a ser eliminado, e os espaços luminosos como exemplo a ser difundido. Um esclarecimento adicional aqui talvez seja mais uma vez necessário: zonas opacas e zonas luminosas não são localidades fixas, uniformes, homogêneas e delimitadas, nem designam lógicas exclusivas, mas servem como imagem capaz de ilustrar lógicas e modos de funcionamento que atravessam todos os espaços e escalas: pode haver desejo de luminosidade nas zonas opacas, assim como pode haver opacidade em zonas luminosas.

Poderia ser útil pensar aqui que opacas e luminosas são linhas que atravessam os territórios, que podem ressoar e deslocar certos modos de funcionamento que não são rígidos nem irreversíveis. Mas há uma questão que não se pode perder de vista: luminosas são as lógicas hegemônicas, os espaços hegemônicos, os procedimentos hegemônicos, os modos de funcionamento ligados aos atores hegemônicos. Como então fortalecer as contra-hegemonias, como fazer ressoar procedimentos menores? E é propriamente a partir de tais questões que se pode tentar uma linha de fuga capaz de vislumbrar outras abordagens para a produção do espaço que não tenham por objetivo simplesmente ampliar e estender os mecanismos dominantes da racionalidade técnica, nem reivindicar um poder e uma hegemonia que escapam ao que está fora do centro. Trata-se de fortalecer a multiplicidade e a diferença, sem anseio de disputa e sem pretender tomar o lugar das práticas hegemônicas.

3 ARQUITETURA E CIÊNCIA

Se se pretende, por meio da Arquitetura, fortalecer as diversas ecologias sócioespaciais para além daquelas ligadas à racionalidade técnica, será necessário mobilizar e interrogar também o conhecimento científico, o que implica necessariamente uma transgressão de suas práticas mais conservadoras. Uma vez que a ciência é um dos pilares mesmo da racionalidade técnica, (em que pese sua aparência de neutralidade e de objetividade), a interdependência da ciência e do sistema capitalista não deixa dúvidas sobre a necessidade de se repensar as práticas científicas a partir de prioridades, procedimentos e valores diversos daqueles que a tem efetivamente constituído como tal.

As reflexões do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos (2008) a respeito da Ecologia dos Saberes permitem ampliar algumas destas questões. Trata-se de uma proposta situada em uma reflexão teórica e epistemológica mais ampla, e que tem por objetivo “estudar as alternativas à globalização neoliberal e ao capitalismo global” (SANTOS, 2008, p:93). Tal reflexão permite compreender e ampliar o empenho a ser conduzido no fortalecimento das ecologias sócioespaciais de que fala Milton Santos, e por isto serão aqui retomadas. Segundo o sociólogo português, “Com recurso exclusivo à ciência moderna ocidental, a diversidade e a pluralidade possíveis ou credíveis serão sempre as que são compatíveis com o desenvolvimento capitalista [...] (SANTOS, 2008, p:155).” O questionamento e a transformação do conhecimento científico torna-se então um desafio para quem se interessa em construir uma outra experiência da globalização, na qual práticas socioespaciais são chamadas a construir e fortalecer a multiplicidade e a diversidade. A arquitetura compartilha, enquanto disciplina científica, este lugar particular e suas determinações surgidas das partilhas hegemônicas que conferem a cada campo do conhecimento seu quinhão da realidade - seu objeto - a ser trabalhado por atores exclusivos de acordo com métodos e linguagens igualmente próprios e específicos, de modo a afirmar e garantir não só a cientificidade de suas práticas, mas também, por meio desta, o privilégio epistemológico da ciência, expressão com que Boaventura de Sousa Santos (2008, p:152) designa a hegemonia do conhecimento científico sobre os demais saberes e conhecimentos. Uma primeira questão pode ser constatada na divisão que separa o especialista do leigo, separação que atesta uma inequívoca relação de poder que autoriza e implica o fortalecimento da voz, da posição e do conhecimento do especialista e a conseqüente desvalorização e subalternidade da voz, da posição e do conhecimento do leigo (Na arquitetura diz-se: profissional e usuário). Assim, o especialista é

Teorias e práticas na Arquitetura e na Cidade Contemporâneas
Complexidade, Mobilidade, Memória e Sustentabilidade
Natal, 18 a 21 de setembro de 2012

aquele que detém a autoridade do conhecimento científico e a autorização social para operar em um sistema que não só pressupõe como fortalece tal relação de poder, defendendo-a ferrenhamente por meio de todo um sistema de ensino, corporações e associações defensoras dos interesses de classe. O profissional-especialista é portanto quem irá traduzir e interpretar, enquadrando e esvaziando a voz e a posição do usuário-leigo. Por este motivo não bastaria apenas a propagação do conhecimento científico para que a ciência se tornasse de fato instrumento e possibilidade de fortalecimento da diversidade socioespacial: sem que se questione e se alterem determinações como estas, tal propagação apenas irá aprofundar tais cisões. Como observa Boaventura de Sousa Santos: “A eliminação das desigualdades sociais não é possível através da democratização do acesso à produção e consumo da ciência moderna. Esta democratização não basta por si própria devido aos limites intrínsecos da intervenção científica no real (SANTOS, 2008, p:158).”

Diversos outros pensadores tem elaborado um arcabouço teórico que tenta apreender as transformações do capitalismo contemporâneo em suas diversas ramificações, deixando antever como determinadas brechas podem ser assumidas e fortalecidas no sentido de afirmar que tudo o que os vetores hegemônicos subjagam não lhes pertence de fato. As possibilidades de transformação e subversão demandam um empenho capaz de questionar e transformar determinadas estruturas por meio da invenção de novas possibilidades. O que se opera nos mecanismos aliciantes da ciência hegemônica é a captura da força-invenção, que por sua vez não é apenas produzida a partir das determinações científicas. O filósofo Peter Pál Pelbart dá pistas sobre algumas possibilidades que devem ser assumidas:

[...] todos produzem constantemente, mesmo aqueles que não estão vinculados ao processo produtivo. Produzir o novo é inventar novos desejos e novas crenças, novas associações e novas formas de cooperação. Todos e qualquer um investem, na densidade social da cidade, na conversa, nos costumes, no lazer – novos desejos e novas crenças, novas associações e novas formas de cooperação. A invenção não é prerrogativa dos grandes gênios, nem monopólio da indústria ou da ciência, ela é a potência do homem comum (PELBART, 2011, p:23).”

Como então pensar a produção que a ciência aprisiona, fora de seus marcos hegemônicos e das relações de poder que ela sustenta? Se é por meio da Arquitetura e demais disciplinas de planejamento que a ciência toma para si a prerrogativa de planejar e produzir espaços, há uma série de outras questões e implicações que devem ser problematizadas: como possibilitar a abertura para o imprevisível, se o projeto é exatamente o instrumento que busca se antecipar e eliminar o imprevisto? Certamente existem tentativas e práticas que atestam a possibilidade de se trabalhar em outras direções, mas são contra-táticas em certo sentido marginais, que subvertem um projeto-comando pensado como determinação.

Ademais, como pensar um direcionamento de projeto que não seja um rol de necessidades repertoriadas, construídas a partir de uma sensibilidade que no mais das vezes (e principalmente quando se trata de projetos e espaços para os pobres) não é nada além de um *manejo da falta*? Repertoriar as faltas e problemas para pretensamente resolvê-los via projeto: eis uma sequência metodológica tão usual como pouco questionada: arquitetura salvacionista, como solução de problemas, que de fato não apreende a singularidade e a alteridade que não tenham sido filtradas e esvaziadas pelo crivo nada neutro do conhecimento científico. Por outro lado, como sair deste manejo autoritário da falta, sem que se caia em certa inação condescendente? Estas falsas alternativas, aparentemente diferentes, coincidem ao pensar a relação entre sujeitos como fluxos unidirecionais: ora o cientista que define, repertoria, ensina,

interpreta, decide e impõe a sua própria visão, ora o cientista que apenas replica, sem de fato se deixar afetar no encontro com o outro.

Também a idéia de obra acabada, autoral, e que ainda representa grande parte da produção formal da arquitetura, parece não ter assumido ainda as novas possibilidades que o conhecimento em redes menos hierarquizadas permite experimentar. É forte ainda a idéia de autoria individual ou coletiva-corporativa da arquitetura. Tal estado de coisas mostra como a arquitetura precisa ainda transformar-se de modo a participar de novos arranjos e forças que pedem passagem.

São presentes e muito fortes ainda procedimentos metodológicos apoiados em relações de poder hierarquizadas: o desenho técnico, inacessível ao público leigo, o próprio conhecimento codificado, apoiado em outras redes hegemônicas, o Programa de Necessidades, toda uma disciplina que funciona majoritariamente para atender as demandas da racionalidade técnica, e que só muito lentamente parece abrir-se para outras possibilidades.

4 CONCLUINDO

Não é difícil constatar que a ordem hegemônica produz um discurso, que por sua vez fortalece um imaginário que ao tornar aceitáveis e desejáveis determinadas práticas acaba por legitimá-las, reforçando assim sua hegemonia. Espera-se que as reflexões aqui delineadas sejam capazes de somar-se à enunciação e fortalecimento de um outro discurso e de uma outra prática, capazes de vislumbrar parâmetros e referências renovados, passíveis por sua vez de expandir e desencadear ações de intervenção no espaço comprometidas com o fortalecimento da diversidade e multiplicidade sócio-espacial. O conhecimento científico não pode ser pensado como a única medida do saber, e neste sentido a consideração de outras práticas sociais, tecidas a partir de referências outras, justifica-se e faz-se mesmo necessária. Afinal, é bom que se lembre, ninguém nasce cientista, e menos ainda, por curioso que pareça, leigoⁱⁱⁱⁱⁱ.

5 AGRADECIMENTOS

Á coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de ensino Superior, pelo auxílio financeiro com a bolsa de doutorado.

6 REFERÊNCIAS

FERNANDES, E. *Regularização de Assentamentos Informais na América Latina*. Cambridge, Massachussets: Lincoln Institut of Land Policy, 2011. (Foco em Políticas Fundiárias).

HARDT, M., NEGRI, A. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

_____. *Multidão*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

NANCY, J.-L. *La création du monde ou la mondialisation*. Paris: Galilée, 2002.

PELBART, P. P. *Vida Capital . Ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2011.

SANTOS, B. S. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2008, pp.137-165. (Coleção para um novo senso comum; v. 4)

SANTOS, M. *O espaço dividido. Os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos*. Rio de

Teorias e práticas na Arquitetura e na Cidade Contemporâneas
Complexidade, Mobilidade, Memória e Sustentabilidade
Natal, 18 a 21 de setembro de 2012

Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1979.

SANTOS, M. *Técnica, Espaço, Tempo. Globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1998.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Coleção Milton Santos; 1)

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2010.

VIVEIROS DE CASTRO, E. *O nativo relativo*. Revista Mana vol.8 no.1 Rio de Janeiro, 2002. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93132002000100005&script=sci_arttext. Acessado em 25/03/2012

¹⁴ L'unité du monde n'est rien d'autre que sa diversité, et celle-ci est à son tour une diversité de mondes. Un monde est une multiplicité de mondes, le monde est une multiplicité de mondes, et son unité est le partage et l'exposition mutuelle en ce monde de tous ses mondes (NANCY, 2002, p:173)."

¹⁵ Tomo aqui, substituindo antropólogo por cientista e nativo por leigo, a arguta expressão de Eduardo Viveiros de Castro (2002).